

**7º CONCURSO
1991**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as respostas devem ser justificadas, mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (40 pontos)

Aberta concorrência pública, pelo sistema de preço base, para construção de uma escola-modelo, cujo edital estabelece preço máximo para o respectivo contrato, todas as propostas apresentadas excedem a esse limite.

A Comissão de Licitação promove negociação direta com um dos licitantes e dele obtém redução do preço, mediante pequena simplificação do projeto da obra.

Outro dos licitantes impugna o contrato, em recurso ao órgão superior, alegando nulidade do ato de adjudicação.

Qual a sua opinião?

2ª Questão (30 pontos)

Caracterize o vício de finalidade nos atos administrativos discricionários e formule exemplo de sua incidência.

3ª Questão (30 pontos)

Indique e defina, sucintamente, as espécies de sanções a que está sujeito, pela prática de ato ilícito em execução orçamentária, o administrador público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (50 pontos)

Não obstante o disposto no art. 301, II, do CPC, pode o Réu, citado, ingressar nos autos apenas para arguir a incompetência absoluta do Juízo, deixando para contestar somente no fim do prazo para resposta?

2ª Questão (50 pontos)

Incide o comando do art. 319 do CPC nas desapropriações e nos mandados de segurança?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (50 pontos)

Pode o Presidente da República editar medida provisória alterando o art. 121 do Código Penal para alcançar crime praticado antes da apreciação da mesma pelo Congresso Nacional?

2ª Questão (50 pontos)

O Estatuto de determinada sociedade de economia mista, companhia aberta, estabeleceu que não podiam ser eleitos membros do Conselho de Administração acionistas com mais de 70 anos.

É constitucional a regra estatutária?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (60 pontos)

O proprietário de um rebanho de gado *vacum*, vendeu cinco bezerros que, em determinado ano, deveriam nascer como descendentes de touros reprodutores dessa manada.

O preço ajustado, e antecipadamente pago pelo comprador, foi de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), na base declarada de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para cada animal, constando da cláusula sexta do instrumento de

compra e venda que, ao comprador, não assistirá direito de abatimento no preço global caso o número de crias efetivamente havidas venha a ser inferior ao esperado. Tendo nascido, nesse ano, apenas três dos cinco animais vendidos, o comprador, dez meses após, ajuizou ação contra o vendedor, pleiteando a rescisão parcial do contrato:

- I) com a restituição de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), correspondentes ao preço dos dois bezerros não havidos, sob a alegação de que a cláusula sexta do respectivo instrumento não pode subsistir porque:
 - a) importa em admitir, como existente e válida, relativamente a essas duas vezes, uma compra e venda sem objeto, ou seja, desprovida de um elemento essencial a todo e qualquer contrato; b) enseja, em benefício do vendedor um enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo Direito e pela Moral;
- II) com a restituição de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), pois que um dos bezerros, conforme laudo veterinário apresentado, possuía um defeito congênito que o tornava imprestável para a reprodução.

Pergunta-se:

Procede a primeira pretensão do comprador? E a segunda?

2ª Questão (40 pontos)

Uma sociedade anônima que tem por objeto a compra e venda de imóveis para revenda é civil ou comercial? Por quê? E se fosse uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

Em face do disposto no art. 151, III, da vigente Constituição Federal, o Secretário de Fazenda de determinado Estado editou ato normativo estipulando que, a partir da entrada em vigor do novo sistema tributário, ficariam revogadas todas as isenções de imposto concedidas com base no art. 19, §2º, da Constituição de 1967, que permitia à União Federal conceder isenção de impostos estaduais e municipais.

Responder se é válido esse ato normativo do Secretário.

2ª Questão (50 pontos)

Diante das normas da Constituição Federal de 1988, seria lícita a instituição, por lei estadual, de imposto de transmissão *causa mortis*, com alíquotas diferenciadas em função da espécie ou grau de parentesco entre herdeiros, legatários e o autor da herança

DIREITO DO TRABALHO

1ª Questão (60 pontos)

Determinado empregador institui gratificação de antigüidade, sob forma de triênio, calculada no valor de 10% do salário vigente na data da aquisição do direito, a ser paga mensalmente. Estabelece, também, que o valor da gratificação, uma vez adquirido o direito, permanecerá fixo e irrevogável, até que se complete novo triênio, quando então o percentual será elevado para 20%, incidentes sobre o salário da data da aquisição do direito, mantidas as demais condições.

É válida a cláusula que torna a gratificação irrevogável no curso de cada triênio?

2ª Questão (40 pontos)

Em reclamação trabalhista entre um servidor e o Estado do Rio de Janeiro, após ser julgado procedente o pedido pela Junta de Conciliação e Julgamento, o Juiz Presidente nega seguimento ao recurso ordinário interposto, declarando-o intempestivo, por haver sido protocolizado no 17º dia a contar da data da expedição da notificação para ciência da sentença.

Pergunta-se:

I – tem o Juiz competência para praticar tal ato, sem o voto dos vogais?

II – qual o recurso cabível de tal decisão e qual a forma e requisitos para sua interposição?

III – quais as razões que você, como Procurador do Estado, ofereceria para defender a tempestividade do recurso?

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (25 pontos)

Caracterize o elemento motivo do ato administrativo e como, em relação a ele, poderá ocorrer o desfazimento do ato.

2ª Questão (20 pontos)

Um brasileiro, titular de uma patente de explosivo de excepcional potência, resolve industrializá-la no País, decidindo instalar uma fábrica de ogivas não nucleares para mísseis, em determinado município do Estado do Rio de Janeiro.

Que atos de consentimento serão necessários e qual a natureza jurídica da competência exercida?

3ª Questão (15 pontos)

Pode o orçamento anual contrariar dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias anteriormente editada?

4ª Questão (20 pontos)

Um Estado da Federação, tendo em vista o interesse na solução do problema gerado pela superpopulação dos estabelecimentos penais existentes, se propõe a construir novo presídio.

A Secretaria de Obras do Estado indaga à Procuradoria:

a) existindo empresa estadual, criada por lei para a execução de obras públicas, é obrigatório atribuir-lhe a construção de novo presídio?

b) poderá o Estado contratar, sem licitação, empresa pública municipal que tem como finalidade atender à realização de construções públicas, para executar a obra de novo presídio?

5ª Questão (20 pontos)

Governador do Estado, preocupado com o grande número de autuações por infrações ambientais que não estão sendo atendidas por vários estabelecimentos industriais de um subúrbio densamente povoado, pressionado pela opinião pública, que reclama ação mais enérgica em defesa do meio-ambiente, determina à empresa estadual de águas que corte pela metade o abastecimento das fábricas indicadas pela fiscalização como omissas ou remissas no cumprimento das autuações.

Aprecie a decisão do Governador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (30 pontos)

Qual o alcance do art. 243 e do §2º do art. 249 do Código de Processo Civil?

2ª Questão (30 pontos)

CAIO promoveu execução, por título extrajudicial, contra TÍCIO e SEMPRÔNIO, emitentes de nota promissória do valor de 30 milhões de cruzeiros.

Citados os devedores, nenhum nomeou bens à penhora, sendo, então, por indicação do credor, penhorados os seguintes bens:

- a) automóvel Mercedes Benz, ano 1987, pertencente a TÍCIO, de valor aproximado de 20 milhões de cruzeiros, e que já se achava penhorado pelo Banco de Roma, em execução de 10 milhões de cruzeiros; b) apartamento na Rua Moncorvo Filho, de propriedade de SEMPRÔNIO, cujo valor de mercado é de cerca de 10 milhões de cruzeiros; c) casa em Itaipava, também de SEMPRÔNIO, valendo 8 milhões de cruzeiros.

Posteriormente, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO também penhorou referidos bens de SEMPRÔNIO, para garantir execução de crédito de 5 milhões de cruzeiros e a Mercedes de TÍCIO para garantir uma outra execução de 3 milhões.

SEMPRÔNIO, dias após, teve declarada sua insolvência.

Indaga-se como se desenvolverão as execuções, quem entre os personagens do problema terá preferência em razão da penhora, o que ocorrerá se o ESTADO não lograr receber integralmente seus dois créditos.

Analise o caso e dê parecer detalhado, inclusive sobre o direito de CAIO.

3ª Questão (20 pontos)

No concernente aos prazos para o revel recorrer de uma decisão interlocutória proferida no dia 1º de junho e publicada no dia 12 seguinte, o que ocorrerá:

- a) no caso de haver sido citado pessoalmente?
- b) no caso de haver sido citado por edital?

4ª Questão (10 pontos)

Para argüir a incompetência decorrente de conexão de causas, é indispensável fazê-lo por meio de exceção?

5ª Questão (10 pontos)

Parcialmente vencido o ESTADO que, entretanto, não apela, pode a parte contrária, em face do duplo grau de jurisdição, valer-se da faculdade do art. 500, II, do Código de Processo Civil?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (25 pontos)

Discute-se no Congresso Nacional sobre a conveniência de ser antecipada a revisão constitucional prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tem o Congresso a faculdade de promover a antecipação mediante emenda ao citado artigo 3º?

2ª Questão (25 pontos)

Proposta de emenda à Constituição estadual objetiva alterar a redação do § 4º do artigo 115 daquela Carta, estabelecendo que o veto do Governador só poderá ser rejeitado pelo voto de dois terços dos deputados. Tendo sido questionada a constitucionalidade da proposta, o Governador solicita o pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado a esse respeito.

Elabore parecer sobre a matéria.

3ª Questão (25 pontos)

Uma lei municipal, promulgada em 25.11.87, é claramente incompatível com a Constituição Federal presentemente em vigor.

O Instituto dos Arquitetos do Rio de Janeiro ingressa com uma ação direta perante o Supremo Tribunal Federal para o fim de ser declarada a inconstitucionalidade da norma em questão.

Supondo que você fosse o Procurador-Geral da República, qual seria seu parecer?

4ª Questão (25 pontos)

Pode ser alcançado pela estabilidade do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias servidor que incida em acumulação de cargos vedada pela Constituição de 1988?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (30 pontos)

Por instrumento particular, o menor púbere A assistido por B, outorgou procuração a C, o qual, dentro dos poderes que lhe foram conferidos, assume o dever de pagar determinada quantia pela aquisição de bens.

Sucedo que, por ocasião do vencimento, A, não tendo numerário para efetuar o pagamento devido, procura o vendedor D, solicitando-lhe contrair nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

D manifesta sua concordância através de documento particular assinado por ele, no qual é também signatário C, mais uma vez munido de poderes contidos em

procuração igualmente particular, outorgada por A, assistido por B.

Pergunta-se:

persistem as garantias do primitivo vínculo obrigacional?

Justificar a resposta.

2ª Questão (30 pontos)

PAULO, com a ciência de MARCOS, ergue, em terreno de propriedade deste, uma casa de moradia onde passa a residir com sua família.

Alguns anos após, MARCOS propõe, em face de PAULO, uma ação de reintegração de posse, na qual o réu se defende fazendo, dentre outras, as alegações de que, se a ação for julgada procedente, terá ele o direito de ser indenizado pelo valor da casa, bem como o de nela permanecer até que receba a importância que lhe for devida.

Pergunta-se:

- procede, nestes pontos, a defesa?

3ª Questão (40 pontos)

A empresa norte-americana DRAWER EMPTY, pretendendo explorar a mineração do Estado do Pará, funda no Brasil, e com sede em Belém, uma sociedade anônima, sob a denominação MINERAIS DO PARÁ S.A. O capital da sociedade foi regularmente lançado à subscrição pública, de tal forma que ações representando 60% do valor total do capital (todas as ações são ordinárias nominativas) foram subscritas por investidores do mercado, todos domiciliados no Brasil. 15% do capital foram objeto de subscrição pela UNIÃO FEDERAL e os 25% restantes foram subscritos pela empresa estrangeira DRAWER EMPTY. Na Assembléia de constituição apenas compareceram a UNIÃO, que havia requerido a adoção do processo do voto múltiplo, e a DRAWER EMPTY.

Tendo a empresa 6(seis) conselheiros de administração, a UNIÃO elege 2(dois) conselheiros e a DRAWER EMPTY 4(quatro) conselheiros.

Responda justificadamente:

- trata-se de uma companhia aberta?
- pode-se afirmar que se trata de uma sociedade de economia mista?
- tem-se, no caso, uma empresa brasileira?
- cuida-se, na hipótese, de empresa brasileira de capital nacional?
- a concessão a essa empresa de uma autorização para pesquisa e lavra de minério afigura-se legítima?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (20 pontos)

A empresa ALFA LTDA, estabelecida neste Estado e contribuinte do imposto previsto no art. 155, I, b, da Constituição Federal, adquiriu em outros Estados diversas mercadorias destinadas a seu ativo fixo e pagou, ao Estado do Rio de Janeiro, a diferença do tributo resultante da aplicação, ao ato, da alíquota das operações internas.

Isso feito, sob invocação dos princípios da não-cumulatividade e da uniformidade fiscal, pretende tomar crédito, em seus livros, pelo valor do imposto efetivamente pago.

Dê sua opinião sobre a viabilidade da pretensão.

2ª Questão (20 pontos)

Com base em lei estadual posterior à Constituição Federal de 1988, o ESTADO iniciou a cobrança de contribuição de melhoria a determinados proprietários de imóveis beneficiados pela prestação de serviços de iluminação pública.

Alguns proprietários de imóveis atingidos insurgiram-se contra a cobrança, alegando:

- que o ESTADO não poderia instituir a contribuição de melhoria na ausência de lei complementar;
- que o valor da cobrança superava a valorização advinda ao imóvel como resultado do serviço proporcionado;
- que a Constituição só autoriza a cobrança de contribuição de melhoria pela realização de obras e não pela prestação de serviços.

Dizer se procedem essas alegações.

3ª Questão (20 pontos)

Nos termos da legislação do imposto de renda, as pessoas jurídicas são obrigadas a antecipar o recolhimento desse imposto, no decurso do próprio ano-base, tendo o direito de, posteriormente, compensar os valores recolhidos por antecipação com o que for efetivamente devido, conforme apurado na declaração anual.

Queira responder se é devido o imposto a que se refere o art. 155, II, da Constituição Federal, sobre as parcelas de imposto de renda antecipadamente recolhidas pelo contribuinte.

4ª Questão (20 pontos)

A sociedade OMEGA LTDA, na vigência do sistema tributário introduzido pela Constituição Federal de 1988, importou mercadorias do Exterior.

Ao lhe ser exigido o pagamento do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro de tais mercadorias, impetrou mandado de segurança para afastar a exigência da autoridade estadual, alegando que ela seria contrária à definição do fato gerador do tributo, constante do art. 1º, II, do Decreto-lei nº 406/68.

Querira expor as razões em que, como Procurador do Estado, fundamentaria a impugnação ao referido mandado de segurança.

5ª Questão (20 pontos)

A sociedade OMEGA, que se dedica a compra e venda de aparelhos eletrodomésticos, realiza uma promoção entre os clientes que efetuarem compra de suas mercadorias em determinado período, oferecendo-lhes dois prêmios, a saber: a) um automóvel "0 Km" integrado ao seu ativo permanente e; b) um televisor parte do seu estoque.

Queira responder se incide ICMS ou imposto sobre doações na efetiva entrega desses dois prêmios aos correspondentes ganhadores, esclarecendo qual a base de cálculo de tais tributos, caso incidentes sobre a operação.

DIREITO DO TRABALHO

1ª Questão (25 pontos)

DISSERTAÇÃO:

Efeitos dos recursos no processo do trabalho.

2ª Questão (25 pontos)

Sindicato representativo de categoria profissional preponderante em determinada sociedade de economia mista oficia a esta para que recolha aos cofres daquela entidade 10% da remuneração de seus empregados, associados ou não, invocando o art. 80, inciso IV, da Constituição Federal, e anexando cópia autêntica de ata da assembleia geral que aprovou a contribuição.

A Procuradoria é consultada, diante da expressa discordância dos empregados, se cabe, por parte da empresa, algum procedimento acautelatório de seus próprios interesses e daqueles, dos empregados discordantes.

Elabore parecer abordando o cabimento da pretensão sindical e recomendando as providências que entender adequadas.

3ª Questão (25 pontos)

No curso de inquérito judicial para apuração de falta grave ajuizado em face de servidor celetista da Administração Direta, é editada lei instituindo o regime único, constitucionalmente previsto, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Tendo-se em conta que o servidor em causa foi suspenso preventivamente; que por força da lei referida, todos os servidores celetistas no seu campo de incidência galgaram a condição de estatutários; e, finalmente, a contemporaneidade de sua vigência em relação à data da audiência de conciliação, instrução e julgamento, é indagado:

- a) qual deve ser a posição do colegiado de primeiro grau, devidamente alertado para tais fatos: declarar extinto o processo sem julgamento de mérito? Declinar de sua competência? Prosseguir na relação processual iniciada?
- b) a partir da resposta ao item anterior, que providências deverá tomar a Administração caso se entenda pela adoção da primeira alternativa? Que natureza tomará a ação e qual o juízo competente, caso o entendimento seja pela segunda alternativa? Quais as decorrências do reconhecimento da prática de falta grave, escolhida a terceira alternativa, ante a alteração do regime jurídico de vinculação do servidor (transformação do emprego em cargo) levada a efeito pelo diploma legal mencionado?

4ª Questão (25 pontos)

JOÃO e ANTÔNIO, admitidos como empregados do Estado, respectivamente, em 30 de setembro de 1975 e em 30 de setembro de 1985, ambos optantes pelo regime do FGTS, são demitidos sem justa causa, no dia 30 de setembro de 1988. O Estado, além de lhes entregar as guias para movimentação do FGTS, coloca à disposição deles importância que engloba para cada um o pagamento de saldo de salários, férias vencidas correspondentes a um mês de salário, décimo terceiro salário proporcional, aviso prévio e o percentual de vinte por cento sobre o valor dos depósitos existentes na conta vinculada.

Os empregados questionam administrativamente a validade dos atos de dispensa, bem como a exatidão dos valores oferecidos.

Chamado a opinar sobre o assunto, cabe a você, como Procurador do Estado, opinar, justificadamente, sobre a conformidade, ou não, dos atos com nosso ordenamento jurídico.